



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TARDE

## CONSELHEIRO SUBSTITUTO

PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo três questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- O preenchimento das respostas da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, somente será considerado o texto transcrito para o caderno de textos definitivos. Os espaços para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados
- O caderno de textos definitivos não poderá ser assinado ou rubricado nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Questão 01

João foi investido no cargo de procurador de 3ª categoria do Estado Delta, para o qual foi aprovado em concurso público. Imediatamente João assumiu sua função pública em Município do interior do Estado Delta, sendo promovido a procurador de 2ª categoria algum tempo depois, de acordo com a legislação de regência.

Por força de norma permissiva da legislação do Estado Delta, vigente à época, João incorporou à sua remuneração de procurador gratificação especial pelo exercício, durante dois anos ininterruptos, da chefia da Procuradoria da Dívida Ativa do Interior.

Nessa época, a remuneração de João era constituída de várias parcelas: vencimento-base, adicional de representação, a aludida gratificação especial, já incorporada, e triênios. O governador do Estado Delta decidiu, então, adotar o regime de subsídio para os procuradores do Estado e enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa fixando o subsídio em determinado valor, devidamente quantificado na moeda nacional, estabelecendo, ainda, parcela de irredutibilidade para os procuradores que percebessem, na data da publicação da lei, remuneração acima do valor do subsídio fixado, além de ter criado diversos outros adicionais, pagos a todos os procuradores. Aprovado o projeto pela Casa Legislativa e sancionado pelo governador, entraram em vigor as novas normas estipendiais, passando João a receber as seguintes rubricas em seu contracheque:

- a) subsídio;
- b) vantagens pessoais não identificadas (VPNI), correspondentes à diferença entre a remuneração percebida até o advento da lei e o subsídio;
- c) adicional de qualificação, a que João fazia jus por ter concluído doutorado em direito constitucional; e
- d) adicional de distância da Capital de Delta, pago aos procuradores lotados no interior, em efetivo exercício.

Seis anos depois, João é promovido ao cargo de procurador de 1ª categoria e, aos 65 anos de idade, requereu sua aposentadoria no mesmo cargo, em 2 de janeiro de 2019.

Do último contracheque de João na ativa constavam o abono de permanência constitucional e todas as rubricas já mencionadas, tendo o procurador-geral deferido a concessão de aposentadoria e fixado os proventos com as rubricas:

- a) subsídio;
- b) vantagens pessoais não identificadas (VPNI); e
- c) adicional de qualificação.

Levado o ato de aposentadoria e fixação de proventos à apreciação do Tribunal de Contas do Estado Delta, contemplando a exclusão do adicional de distância da Capital de Delta (rubrica “d”) e do abono de permanência constitucional, os auditores daquele órgão de controle opinam pela determinação ao procurador-geral local para também excluir dos proventos as rubricas b) vantagens pessoais não identificadas (VPNI) e c) adicional de qualificação, sob o fundamento de que seriam inconstitucionais, porquanto o regime de subsídio pressupõe parcela única, cabendo ao Tribunal de Contas declarar a inconstitucionalidade desses adicionais no caso concreto e em outros com os quais vier a se deparar.

O Ministério Público de Contas opina pela recusa do registro, sob a mesma alegação.

Na qualidade de conselheiro-relator do processo de apreciação da legalidade da aposentadoria e fixação de proventos de João, elabore voto, fundamentando-o adequadamente à luz dos dispositivos constitucionais pertinentes e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Considere que o tempo de contribuição, o tempo de carreira, o tempo no cargo e a idade para a concessão de aposentadoria estão em conformidade com o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, vigente à época, tendo o ato concessório, por fundamento, a precitada regra.

Todos os dados que o candidato porventura entender faltantes deverão ser completados com a palavra “omissis”.

### ATENÇÃO:

Assinar o voto como CONSELHEIRO MACHADO DE ASSIS ou CONSELHEIRA CLARICE LISPECTOR.

Valor: 20 pontos

Máximo de 90 linhas.

## Questão 02

Considere a situação hipotética em que se depara um conselheiro substituto ao preparar uma proposta de voto referente ao processo de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas no bojo da análise da minuta do edital de concessão dos serviços de infraestrutura básica de um estado da federação. Trata-se da análise dos aspectos regulatórios da modelagem do projeto de concessão, em particular a busca pelo equilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão proveniente do trade-off entre o interesse público da modicidade tarifária e o interesse privado de, ao prestar o serviço com eficiência, retidão e qualidade, ser remunerado adequadamente por isso.

Com base nesse contexto, elabore um texto dissertativo, atendo-se exclusivamente aos aspectos da teoria econômica, abordando as diferentes escolhas de modelos regulatórios a serem adotados, no que se refere à tarifação ótima de monopólios naturais com produto único, onde os reguladores possuem informação imperfeita sobre tecnologia e custos da firma e sobre os atributos da demanda dos consumidores. Em seu texto, considere o inter-relacionamento dos seguintes pontos:

- condições presentes nesse caso que justificariam a necessidade de regulação de preços;
- motivos pelos quais a regulação de preços nesse caso beneficia a sociedade;
- falhas informacionais de mercado (problemas de seleção adversa e de perigo moral) e as restrições informacionais decorrentes dessas falhas que surgem para o regulador ao determinar a política regulatória ótima;
- características dos diferentes regimes tarifários na regulação discricionária (considere somente os regimes tarifários: custo do serviço – cost plus – e preço-teto – price cap), as potenciais implicações das restrições informacionais sob os diferentes regimes tarifários e as vantagens e desvantagens de cada regime tarifário.

Valor: 10 pontos

Máximo de 60 linhas.

## Questão 03

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 109/2021, a Constituição da República de 1988 passou a contar com norma programática determinando que a legislação infraconstitucional dispusesse sobre a “sustentabilidade da dívida”.

À luz dessa determinação constitucional, o candidato deve discorrer sobre a temática, incursionando, necessariamente, nos cinco aspectos da sustentabilidade a serem especificados pela legislação infraconstitucional, explicando-os.

Valor: 10 pontos

Máximo de 60 linhas.

### Rascunho - Questão 01

---

1

5

10

RASCUNHO

15

20

25

30

35

40

RASCUNHO

45

50

55

60

65

70

75

RASCUNHO

80

85

90



35

40

RASCUNHO

45

50

55

60



35

40

RASCUNHO

45

50

55

60

Realização

